

## O papel dos fundamentos epistemológicos e históricos para a formação do psicólogo atuante em políticas sociais

The role of epistemological and historical foundations of psychology for the training of psychologists working in social policies

**Caio Rudá**

 <https://orcid.org/0000-0002-4252-9979>

**Rafael Andrés Patiño**

 <https://orcid.org/0000-0001-6492-8252>

**Gabriela Andrade da Silva**

 <https://orcid.org/0000-0002-4188-0935>

Universidade Federal do Sul da Bahia  
Brasil

### Resumo

Nos últimos 40 anos, a atuação do psicólogo vem sendo orientada pela aproximação a diversas políticas públicas. Apesar dos avanços empreendidos quanto à capacitação das profissionais para o trabalho com beneficiários de tais políticas, os cursos de graduação ainda parecem carecer de um foco maior no estudo de tais políticas e de uma consolidação de referenciais teórico-metodológicos e epistemológicos de atuação psicológica. O presente ensaio busca discutir criticamente o papel dos fundamentos históricos e epistemológicos da psicologia na formação para a atuação em políticas sociais, compreendendo um estudo teórico, de base bibliográfica e documental, acerca das discussões histórico-epistemológicas no campo psicológico. Destaca-se que tais discussões tanto oferecem a base para o desenvolvimento do senso crítico acerca da psicologia enquanto área dispersa e fragmentada como também possibilitam o desvelamento da condição escamoteada da psicologia enquanto saber auxiliar ao controle subjetivo e ideológico dos indivíduos pelo Estado.

**Palavras-chaves:** formação do psicólogo; história da psicologia moderna; políticas públicas.

### Abstract

For the last 40 years, the work of psychologists has been oriented by approaching several social policies. Despite advances in terms of professional training and education to work with beneficiaries of such policies, Psychology undergraduate courses still seem to lack the necessary emphasis on the study of such policies and on the consolidation of epistemological, theoretical, and methodological references for psychological practice. This essay critically discusses the role of the epistemological and historical foundations of Psychology on professional training to act in social policies, through a theoretical, bibliographical, and documental study about the historical-epistemological discussions in the Psychology field. It is noteworthy that such discussions set the basis for the development of critical thinking on Psychology as a fragmented and scattered area, as well as enable to unveil the concealed condition of Psychology as an auxiliary knowledge for the subjective and ideologically control of individuals by the State.

**Keywords:** psychologist education; history of modern psychology; social policies.

O conhecimento acerca das bases históricas e epistemológicas de uma determinada disciplina é fundamental para uma postura crítica e ética dentro do respectivo campo de conhecimento. Especialmente no campo da psicologia, em que os saberes e práticas são marcados pela pluralidade de perspectivas epistemológicas e teórico-metodológicas, bem como uma multiplicidade de áreas de atuação e práticas de intervenção, o conhecimento sobre os fundamentos histórico-epistemológicos se torna ainda mais necessário (Baker, 2002; Henderson, 1995; Raphelson, 1982).

Na medida em que diversos autores (Ferreira, 2002; Figueiredo, 2008; Penna, 1997) apontam para o quadro de *fragmentação* e *dispersão* como marcas características da psicologia, é razoável pensar que, ao exercer a profissão, está implícita uma escolha conduzida pela afiliação intelectual a uma de suas múltiplas abordagens. Por conseguinte, no âmbito das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Psicologia (DCN/Psi), homologadas pelo Conselho Nacional de Educação com a Resolução nº 5, de 15 de março de 2011, documento orientador para elaboração de currículos de psicologia em todo o país, dos sete princípios elencados como norteadores da formação, três fazem menção explícita a este quadro de multiplicidade, havendo, ainda, um quarto princípio que decorre diretamente desta qualidade e atua exatamente como epítome e orientação prática, a saber: a) “compreensão dos múltiplos referenciais que buscam apreender a amplitude do fenômeno psicológico em suas interfaces com os fenômenos biológicos e sociais” (p.1); b) “reconhecimento da diversidade de perspectivas necessárias para compreensão do ser humano e incentivo à interlocução com campos de conhecimento que permitam a apreensão da complexidade e multideterminação do fenômeno psicológico” (p. 1); c) necessidade de “compreensão crítica dos fenômenos sociais, econômicos, culturais e políticos do País, fundamentais ao exercício da cidadania e da profissão” (p. 1).

Resultado da mudança paradigmática da categoria profissional nos últimos 40 anos, a atuação do psicólogo em diversas políticas públicas, pautada nessa compreensão crítica, tem se configurado como um necessário, porém complexo, fenômeno (Brigagão et al., 2011). Apesar dos avanços empreendidos quanto à capacitação das profissionais para o trabalho com público-alvo de tais políticas, os cursos de graduação ainda parecem carecer de um foco maior no estudo de tais políticas e de uma consolidação de referenciais teórico-metodológicos e epistemológicos de atuação psicológica (Rudá et al., 2020).

No âmbito deste trabalho, buscamos desenvolver a ideia de que a carência e a pouca expressividade das discussões históricas e epistemológicas nos currículos de graduação em psicologia no país podem levar ao desenvolvimento de dois modos de atuação igualmente insatisfatórios: um primeiro, de orientação tecnicista, marcado pela desconsideração do caráter histórico e social dos fenômenos humanos tratados pela psicologia e a adoção de referenciais insuficientes para a adequada

intervenção nos contextos específicos das políticas sociais<sup>1</sup> (Conselho Federal de Psicologia [CFP], 2008, 2013, 2019); e um segundo que parece buscar a negação absoluta dos referenciais considerados ultrapassados sem a consolidação de novas perspectivas de ação adequadas às especificidades dos grupos minoritários em questão, operando sob um viés pseudocrítico (Yamamoto, 1987). Ambos os modos, ao fim e ao cabo, parecem não atender às necessidades das populações em questão e configuram atitude antagônica ao que é preconizado em relação ao trabalho no âmbito dessas políticas.

Nesse sentido, o presente trabalho busca discutir compreensiva e criticamente o papel dos fundamentos históricos e epistemológicos da psicologia na formação em nível de graduação para a atuação em políticas sociais, compreendendo um estudo teórico, de base bibliográfica e documental, acerca das discussões histórico-epistemológicas no campo psicológico e da sua relevância para a formação em psicologia. Para tanto, o texto estruturar-se-á de modo a: 1) apresentar a constituição da psicologia em função das condições intelectuais e sociais da modernidade; 2) analisar o desenvolvimento dos saberes e práticas psicológicas, em âmbito nacional; e 3) compreender a inserção da psicologia no campo das políticas sociais e os impasses decorrentes dessa entrada à luz da análise histórica do desenvolvimento das práticas formativas dos psicólogos.

### **O surgimento das práticas e saberes psicológicos: tensões, contradições e busca pelo controle**

No contexto nacional, conquanto seja possível localizar o desenvolvimento de uma cultura psicológica produtora de processos de subjetivação pautados no controle indireto dos desejos, sentimentos, decisões e ações dos sujeitos a partir das últimas décadas do século XX, é imprescindível destacar, numa análise mais ampliada, que o ideal de controle e governo das populações é ele mesmo um fator determinante na assunção das distintas práticas psicológicas associadas à conformação da psicologia enquanto ciência ainda no século XIX. Esta perspectiva historiográfica crítica, que se afasta de narrativas ingênuas que naturalizam e neutralizam os atravessamentos políticos do surgimento dos saberes psicológicos, encontra lastro nos trabalhos de autores como Danziger (1984, 2006), Rose (1999, 2011), Figueiredo (2004, 2007, 2008) e Ferreira (2002, 2011, 2013), compreendendo a demarcação

---

<sup>1</sup> Políticas sociais são políticas públicas voltadas para a garantia dos direitos sociais assegurados pela Constituição Federal (1988), sendo eles: educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, e assistência aos desamparados. Conquanto o termo políticas públicas esteja já consolidado no jargão da categoria de psicólogos, nas comunicações oficiais das entidades de classe, nas principais publicações científicas e até mesmo cristalizada na existência do Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), adotamos, neste trabalho, a terminologia políticas sociais, em conformidade com Yamamoto e Oliveira (2010), por acreditarmos que a maior parte da vinculação do psicólogo ao campo das políticas públicas ocorra no espaço específico das políticas de saúde, educação, assistência social e, portanto, das políticas sociais.

da psicologia enquanto campo de conhecimento científico como o resultado tanto das condições intelectuais e suas vicissitudes quanto das transformações sociais, culturais, políticas e econômicas dos variados espaços geográficos temporalmente delimitados nos quais ela se desenvolveu.

Nesse sentido, para Ferreira (2002), a compreensão da *dispersão psicológica* adquire um sentido mais amplo, em que a pluralidade de teorias e sistemas psicológicos é não apenas resultado dos distintos posicionamentos epistemológicos que se sucedem antagonicamente na conformação das principais teorias e sistemas psicológicos em fins do século XIX e início do século XX, mas também produto das distintas conformações sociais, num determinado tempo e espaço, que decorrem de um processo mais amplo de embate e contradições da própria modernidade. Sua perspectiva supõe, assim,

[...] o funcionamento das psicologias à moda de uma máquina (assim chamada por possuir um mecanismo, uma lógica) de múltiplas capturas (tomadas de modelos científicos e de muitos modos de subjetivação). Tal máquina operaria em três fases que se retroalimentam, retroagem sobre si. Assim, num primeiro momento, toma-se uma imagem científica (seja da física, da biologia, ou da informática) em consonância com um conjunto de práticas sociais. Em um segundo momento, tal imagem, ungida pelo poder de sua inspiração científica, decalca-se sobre os sujeitos, reordenando num terceiro instante o conjunto de suas práticas, de onde ela mesma surgiu (Ferreira, 2002, p. 107).

Tal máquina operaria, para Ferreira (2002), com base em diversas clivagens produzidas no interior das polarizações engendradas na modernidade: adultos vs crianças, razão vs loucura, afirmação vs crítica do eu, público vs privado, homem vs natureza, indivíduo autônomo vs controlado. Embora todas estas cisões sejam determinantes para o desenvolvimento dos distintos projetos de psicologia, convém destacar a centralidade da clivagem entre o sujeito autônomo e soberano, erigido em contraposição ao indivíduo preso às amarras do discurso religioso que predominou durante o período medieval, e o sujeito sob controle disciplinar, reposicionado pelas tecnologias de controle dos indivíduos pelo Estado (Figueiredo, 2007). Em outras palavras, trata-se da ambiguidade de um sujeito como fonte de poder e como alvo dos poderes do Estado como condição fundante para a existência do indivíduo como objeto de conhecimento e intervenção psicológicos (Ferreira, 2011, 2013; Rose, 1999, 2011).

A existência de subjetividades governáveis, para utilizar uma expressão de Rose (1999), configura, portanto, o terreno fértil para o desenvolvimento da psicologia enquanto campo científico e de práticas sociais. Para Figueiredo (2007), a modernidade constituiu, pelas suas contradições, o período de gestação da psicologia tal como a conhecemos hoje, na medida em que é nesse momento histórico que a experiência da interioridade privatizada se desenvolve e entra em crise, a partir das contradições e polarizações próprias da evolução do pensamento moderno, lan-

quando as condições para o conhecimento científico em torno do psicológico. Assim, objetando a narrativa convencional em torno do pioneirismo de Wilhelm Wundt, em seu laboratório de psicologia na *Universität Leipzig*, como resultado natural de décadas de ensaios experimentais realizados por seus antecessores – Gustav Fechner, Ernst Weber e Hermann von Helmholtz – destacamos a necessária compreensão acerca dos modos de subjetivação engendrados nas contradições modernas consolidadas durante o século XIX enquanto produtores, e não apenas produto, da psicologia em seus moldes científicos.

Tal perspectiva historiográfica crítica da psicologia, surgida no final da década de 1970, apresenta discordâncias fundamentais quanto à visão histórica hegemônica, caracterizada pela compreensão internalista e celebratória que sobrevalorizava o papel de personagens históricos em detrimento dos determinantes de ordem social e política na conformação do campo psicológico. Em consonância com as transformações paradigmáticas na história das ciências que indicavam a superação da noção de desenvolvimento científico como progresso exclusivo no plano intelectual (Fierro, 2015), a história crítica da psicologia não só passa a questionar esta visão internalista, como permite-nos também empreender a ideia do múltiplo surgimento de teorias e técnicas psicológicas em distintos países e em diferentes contextos socioculturais e econômicos. Logo, essa mirada policêntrica permite a compreensão do controverso processo de recepção, contestação e adaptação de objetos e práticas psicológicas em contextos periféricos – processo denominado *indigenização*. Defendida por autores como Brock (2014) e Danziger (2006), configura, portanto, importante lente de análise da evolução dos saberes e práticas da psicologia em solo brasileiro.

De acordo com Rose (1999), conforme já indicado, o saber psicológico vem exercendo um papel central na construção de sujeitos governáveis nas sociedades contemporâneas. Assim, a dimensão psíquica da experiência humana, que passa a ser escrutinada pela ciência da psicologia, não pode ser tomada apenas como espaço de interioridade e individualidade intrínsecos ao sujeito, mas como terreno de práticas e intervenções sobre as quais são construídas as formas contemporâneas de poder político, com base em princípios liberais e democráticos. Como bem destaca Arthur Ferreira, os saberes psicológicos não planam num mundo teórico,

[...] eles possuem ressonância enquanto práticas, com todo um conjunto de modos de subjetivação já existentes na sociedade. Ou seja, as práticas discursivas da Psicologia surgem dentre as várias *tecnologias de subjetivação* próprias de nossa sociedade, para se porem, em um segundo momento, como ajuizadoras, por seu poder de verdade, das demais práticas (Ferreira, 2002, p. 106, grifo do autor).

Por conseguinte, estando geográfica e socialmente condicionados os modos pelos quais os saberes psicológicos se desenvolvem, ou seja, as maneiras pelas quais são indigenizados, cumpre necessária a apreciação histórica das características intelectuais, políticas e sociais que moldaram o terreno das práticas psicológicas

no Brasil, com especial atenção para o período de intensificação da industrialização inaugurada com o Estado Novo, em 1930, a regulamentação da profissão de psicólogo, em 1962, e o período subsequente de profissionalização sob um contexto político-social marcado pelo autoritarismo do regime militar.

### **Ascensão do Estado burguês e as práticas de governo da subjetividade no contexto brasileiro**

Mesmo periférico em relação ao desenvolvimento institucional da psicologia e das práticas psicológicas, o Brasil não tardou a ensaiar seus primeiros passos dentro da nascente disciplina, apresentando um conjunto de experiências que datam do período de transição do século XIX para o século XX. De acordo com Lourenço-Filho (1971a), entre 1836 e 1900, no âmbito das faculdades de medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, identificam-se mais de 60 teses de doutorado que versavam sobre temas próprios da psicologia. É, portanto, sob os auspícios da medicina que o conhecimento psicológico se institucionalizou no país, abrindo terreno para a sua posterior incorporação também à área educacional e ao campo do trabalho.

Entre 1890 e 1930, nos âmbitos hospitalares e educacionais, bem como nos espaços voltados para a seleção e orientação profissional, foram implantados em distintos estados da República diversos laboratórios e serviços de psicologia aplicada, alguns deles vindo a se tornar importantes centros de produção científica e intelectual ou incorporados às universidades que começavam a se estruturar (Lourenço-Filho, 1971a). Para Antunes (2006), conforme esses laboratórios e serviços se desenvolviam vinculados aos três grandes campos da medicina, da educação e da administração, a psicologia paradoxalmente ia conquistando sua *autonomização* em relação a tais áreas, constituindo comunidades científica e profissional próprias, as quais foram de fundamental importância para a sua posterior consolidação enquanto saberes e práticas imbricados com as estratégias de desenvolvimento econômico do país empreendidas a partir do Estado Novo.

Para Lourenço-Filho (1971b), não obstante a inexistência de uma comunidade científica robusta qual em países centrais, como os Estados Unidos, a aplicação da psicologia urgia, no Brasil, em função das "necessidades reais da vida social, [...] na educação, na defesa da saúde mental, na organização do trabalho, e em outros campos [...] dadas as crescentes mudanças da vida econômica, administrativa, política e social, em várias regiões do país" (p. 143-144). À medida que se diversificavam as ocupações, ampliava-se a necessidade do diagnóstico e classificação das diferenças individuais, buscando adequar os sujeitos aos postos de trabalhos mais afins às suas capacidades, tendo em vista a produtividade e a satisfação pessoal do trabalhador. Igualmente, buscavam-se estratégias de racionalização no contexto educacional, com o objetivo de preparar uma mão-de-obra qualificada para o mercado, para a burocracia estatal e para as profissões liberais. E, por fim, mas não menos importante, os problemas de desenvolvimento, conduta e natureza psico-

patológica foram se tornando alvo franco de intervenção psicológica, com base nos pressupostos da higiene mental. Não à toa, Beebe-Center e McFarland (1941), em levantamento realizado, identificaram aproximadamente duas dezenas de laboratórios de Psicologia no Brasil, em sua grande maioria diretamente ligada a instituições de aplicação, o que aponta para uma característica frequentemente reconhecida da psicologia na América Latina, que foi o seu viés aplicado<sup>2</sup>.

De acordo com Antunes,

Houve, nessa época, um rápido desenvolvimento da Psicologia, relacionado, sobretudo, às demandas oriundas de uma sociedade que se transformava na direção da industrialização e cujas contradições exigiam ações que poderiam ter na ciência psicológica um poderoso substrato de natureza científica e técnica (representada especialmente pelos instrumentos de medidas psicológicas). Assim, a Psicologia se desenvolve, se fortalece e se consolida, como ciência e profissão, na medida de sua capacidade de responder às necessidades geradas por um projeto político, econômico e social dirigido pela nova classe dominante, a emergente burguesia industrial, que tem na modernização a base para suas realizações no campo das ideias e da gestão de seus negócios e da sociedade (Antunes, 2012, p. 58).

Bastante emblemático dessa articulação entre a psicologia e Estado é um dos artigos publicados por Emilio Mira y Lopez, pela sua objetividade em alçar a psicologia aplicada à condição de corpo de conhecimentos e técnicas fundamentais aos propósitos da administração pública do Estado burguês que à época se consolidava. De acordo com o autor:

[...] o Estado é um aparelho dentro do corpo nacional, que cada dia mais se vê na obrigação de intervir nas vidas dos indivíduos que constituem a nação, em aspectos os mais diversos: para a defesa da sua saúde, para a formação de seu espírito, para permitir-lhes uma organização racional da produção, para orientá-los na defesa do patrimônio nacional contra estranhos, para dar-lhes, enfim, uma orientação social. Tudo isso faz com que um Estado, hoje, constitua uma organização complicadíssima e que necessita, dentro de si, de um organismo que oriente, auxilie e ajude os dirigentes na sua complexíssima missão de governar este Estado que, por sua vez, se não está bem governado, ao invés de ser um auxílio para a relação entre o indivíduo e a sociedade nacional, será um embaraço, uma complicação, de maneira que virá constituir, de fato, um empecilho na vida nacional (Mira y Lopez, 1955, p. 115-117).

Mira y Lopez foi um psicólogo espanhol radicado no Brasil, que atuou, entre

---

<sup>2</sup> O exame dessa característica, longe de conformar objetivo de nosso trabalho, e configurando um complexo fenômeno que requereria uma análise histórica pormenorizada, merece uma breve apreciação. Destacamos que a filosofia positivista influente nos meios acadêmico-científicos e políticos do país, em sendo contrária à psicologia como ciência independente, conforme apontado por Cunha (2007), pode ter lançado algumas condições intelectuais para desencorajar a iniciativa experimental pura em psicologia, valorizando, ao contrário, a aplicação dos conhecimentos e técnicas psicológicos na intervenção médica, educacional e no âmbito do trabalho. Condicionada pela mesma filosofia positivista, a inexistência de universidades enquanto instituições fundamentais de produção do conhecimento, sem o imperativo de aplicabilidade prática, também pode ser apontada como fator importante desta condição.

outras frentes de trabalho, como primeiro presidente do Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e redator-chefe dos *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, principal meio de divulgação científica da psicologia à época, vinculado à Associação Brasileira de Psicotécnica (ABP). Tanto o ISOP quanto a ABP tiveram acentuada atuação no processo de regulamentação da profissão e formação do psicólogo (Baptista, 2010), marcando o próprio processo de profissionalização decorrido a partir dos anos 1940. Sendo a formação um terreno desregulamentado até 1962, e dada a inexistência de cursos de graduação até 1953, o ISOP e a ABP preencheram uma lacuna formativa através de cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização em técnicas de aplicação psicológica, funcionando como um importante centro de treinamento técnico (Rudá et al., 2015).

Além disso, destacamos não apenas o protagonismo exercido pelo *lobby* junto à tramitação do projeto de lei que buscava regulamentar o exercício da psicologia como também a própria escrita do anteprojeto de lei apresentado ao Ministério da Educação, em 1953 (Associação Brasileira de Psicotécnica, 1954). Constava no documento a previsão de duas habilitações distintas: o bacharelado, destinado à formação de auxiliares de psicologia; e a licenciatura<sup>3</sup>, com a especialização em três áreas: clínica, educação e trabalho, constituindo a habilitação profissional plena. A proposta, que veio a ser suplantada posteriormente, apresentava um acentuado caráter pragmático e tecnicista, decorrência natural da orientação essencialmente prática de ambas as instituições.

É digno de nota o fato de haver, à época, uma franca oposição entre ISOP/ABP e o Instituto de Psicologia da Universidade do Brasil (IP/UB), atualmente Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), personalizada, respectivamente, nas figuras de Mira y Lopez e Nilton Campos. Ambos disputavam a prerrogativa de ditar as regras para a formação em psicologia, com suas distintas orientações: uma mais técnica, no caso ISOP/ABP, e outra de cunho mais filosófico representada pelo IP/UB. Em última análise, havia franca disputa de cunho político e epistemológico. De um lado a defesa de uma abordagem mais pragmática, que enxergava o potencial de aplicação imediata dos saberes psicológicos e outra orientação mais intelectualizada que enfatizava a importância do amadurecimento teórico das práticas psicológicas (Ferreira et al., 2019; Martins, 2014).

ISOP e ABP sagraram-se vencedores nesta disputa, relegando para segundo plano a universidade brasileira, que ainda engatinhava e não fora capaz de assumir a liderança nesse processo de consolidação e profissionalização da psicologia em território nacional, fosse por insuficiência de quadro docente politicamente ativo na vida pública ou por desinteresse e recusa em protagonizá-lo. Sob influência e delineamento da dupla ISOP/ABP, que desenvolveram uma cultura de atuação

---

<sup>3</sup> Embora o termo *licenciatura* cause estranhamento à luz da compreensão contemporânea acerca dos distintos graus vigentes na regulamentação do ensino superior brasileiro, destaque-se que o anteprojeto de lei em questão, de fato, refere-se à habilitação profissional, aproximando-se da nomenclatura de graus acadêmicos na tradição portuguesa e francesa.

psicológica bastante pragmática, com um largo distanciamento das discussões históricas, filosóficas e epistemológicas, consolidam-se, então, as três áreas clássicas de atuação do psicólogo no país, voltadas para intervenção nos problemas de ordem da personalidade, da vida escolar e da vida do trabalho<sup>4</sup>.

A Lei n. 4.119, de 27 de agosto de 1962, que regulamentou a profissão e dispôs sobre os cursos de formação em psicologia, funcionou também como normativa balizadora da atuação, delimitando uma função-meio, a de diagnóstico psicológico, e três funções-fim: orientação e seleção profissional, orientação psicopedagógica e solução de problemas de ajustamento. É desse modo que a referida lei objetiva três décadas de conformação, entre 1930 e 1962, de práticas psicológicas sob a premissa da governabilidade das subjetividades em três distintos âmbitos: o educacional, o do trabalho e o da clínica.

Das três funções-fim, o caso da psicologia aplicada ao trabalho é bastante emblemático e representativo deste processo, menos pelas suas características próprias, aliás, algo semelhante às demais áreas de aplicação do conhecimento psicológico a outros campos (Castro et al., 2018), e mais pelos seus desdobramentos concretos na prática profissional regulamentada. Destacamos os fatos de que a cultura profissional que se desenvolveu após 1962 tenha centralizado a discussão a respeito da prática psicotécnica, pautada na aplicação de instrumentos e técnicas psicológicas de diagnóstico – perspectiva em grande medida cara ao campo da psicologia aplicada ao trabalho (Hur, 2012); e de que o processo de institucionalização da profissão tenha sido sobremaneira conduzido por atores imersos no campo da psicotécnica<sup>5</sup>.

No que tange às práticas alinhadas à psicotécnica do trabalho, ajustamento e produtividade do trabalhador configuravam as principais metas da aplicação de teorias e instrumentos psicológicos (Gomes & Miranda, 2021). Em estudo sociobibliométrico das publicações dos *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica* entre os anos de 1949 e 1968, os autores identificaram que a grande maioria dos textos girava em torno da análise profissiográfica, isto é, o mapeamento de cargo ou profissão com explanação acerca das atividades a serem desenvolvidas e conhecimentos necessários à sua execução e seleção de pessoal. Resultados similares foram encontrados

---

<sup>4</sup> As disputas em torno da regulamentação da profissão não estiveram apenas polarizadas entre a dupla ISOP/ABP e o IP/UB. Participaram neste processo, a Sociedade Brasileira de Psicologia, também localizada na capital federal, a Associação de Brasileira de Psicólogos, a Associação Paulista de Psicologia, situadas no estado de São Paulo, e a Associação Mineira de Psicologia. Não obstante ter sido a lei de regulamentação uma amálgama dos distintos posicionamentos acerca da matéria, a influência da orientação pragmática da dupla ISOP/ABP fez-se sentir não apenas no papel, mas no cotidiano da prática psicológica pós-regulamentação, que em muito se aproximava da perspectiva psicotécnica desenvolvida ao longo dos anos 1940 e 1950.

<sup>5</sup> No período em questão, a psicotécnica apresentava duas acepções principais: uma sinônima de psicologia aplicada a qualquer área de intervenção, e outra que restringia seu uso às técnicas psicológicas aplicadas ao trabalho. No âmbito do ISOP, muito embora houvesse certa filiação à acepção mais ampla, atividade psicotécnica esteve muito mais alinhada com o uso restrito ao contexto do trabalho, por conta dos objetivos institucionais, e, por conseguinte, esteve marcada pela aplicação de testes para a seleção profissional.

em outro estudo sociobibliométrico, também no âmbito dos *Arquivos* conduzido por Ferreira et al. (2019), no qual foi identificada a predominância de textos escritos sob a premissa psicológica da adequação do trabalhador ao seu posto de trabalho, no período de 1949 a 1965. Ao sinalizarem para a existência de uma lógica disciplinar de ajuste do trabalhador ao processo de trabalho, subjacente às práticas psicotécnicas, ambos os artigos evidenciam a utilização do conhecimento psicológico como ferramenta de racionalização do trabalho e consequente aumento de produtividade e lucratividade, agindo em conformidade ao que Rose (1999) entende como uma tecnologia social de governo das populações.

No caso nacional, ao longo do século XX, essas diferentes tecnologias sociais aplicadas à racionalização do trabalho desenvolveram-se ao sabor das condições políticas e sociais de um determinado tempo-espço, bem como dos seus próprios desenvolvimentos teórico-técnicos. Num primeiro momento agindo sob uma lógica disciplinar voltada para os princípios da administração científica (Ferreira et al., 2019; Miller & Rose, 1990), o conhecimento psicológico posteriormente passou a promover e legitimar, como resultado de transformações pelas quais passava o capitalismo e suas estratégias gerenciais, a assunção da subjetividade do trabalhador como objeto passível de governabilidade – isto é, tomado como “um complexo território a ser explorado, compreendido e regulado”, para adotar as palavras de Rose (1999, p. 57, tradução nossa). No bojo dessa reforma administrativo-gerencial, figuraria como meta a ser implementada a integração dos aspectos subjetivos do empregado, sua satisfação no trabalho, seus desejos e necessidades pessoais, ao processo avassalador e antagônico de máxima exploração da sua força de trabalho. Buscava-se, assim, garantir a produtividade e lucratividade tendo como base, e não obstante, a humanização do trabalho.

Deste modo, o conhecimento psicológico passaria de condição de técnica do controle, isto é, uma psicotécnica, e assumiria também a qualidade de uma teoria da subjetividade. De um ponto de vista prático, o gerenciamento do processo produtivo perderia sua ênfase na intervenção *a priori*, desempenhada com a seleção das pessoas certas para determinados postos de trabalho, de modo a evitar prejuízos decorrentes da má-adaptação. Alternativamente, o gerenciamento produtivo aconteceria *a posteriori*, a partir do controle das condições de satisfação pessoal do trabalhador, plenamente integrado ao processo produtivo racionalizado e “humanizado” (Miller & Rose, 1990, 2012).

Coadunamos a afirmação de Ferreira et al. (2019) de que não é possível pensar uma passagem inequívoca e objetiva de uma fase psicotécnica a uma fase posterior. Ao contrário, acreditamos haver sobreposições entre diferentes abordagens psicológicas da questão do trabalho em distintos momentos do século XX. Entre as décadas de 1940 e 1960, por exemplo, a despeito do quantitativo amplamente superior de publicações sob a lógica disciplinar e de ajustamento, encontram-se também publicações que evidenciam certa preocupação com o bem-estar, aspectos

ergonômicos e subjetivos do trabalhador (Ferreira et al., 2019; Gomes & Miranda, 2021). Além disso, havia também na retórica oficial do ISOP e da ABP, que reuniam os principais operadores da psicotécnica e principais *teóricos da subjetividade*, a tentativa de dotar a atividade psicotécnica de uma legítima preocupação com o fator humano. Como destaca Carlos Plaza, em seu discurso de abertura do I Seminário Latino-Americano de Psicotécnica,

Os psicólogos têm nesta solene hora da História uma posição de protagonismo: orientando, selecionando, adaptando, reajustando, criando condiciones ótimas para o trabalho, favorecendo o desenvolvimento máximo da personalidade. Estão eles convocados a restabelecerem o equilíbrio entre o eu e a máquina, entre o número e a pessoa, entre a prosperidade material e a felicidade individual, entre a agitação de nosso século e o equilíbrio da mente, entre o dar e o receber, entre as exigências de una humanidade que cresce convulsionada e as aspirações legítimas de todo ser humano a viver sua própria vida pessoal, profunda e socialmente fecunda (Plaza, 1955, p. 16, tradução nossa).

Ao fim e ao cabo, o que este arrazoado nos mostra é que, ao longo de consolidação e profissionalização da psicologia no Brasil, ocorridas entre as décadas de 1930 e 1960, o estudo e controle das características pessoais do trabalhador estiveram na base da psicologia aplicada ao trabalho, tendo a subjetividade como elemento central de governabilidade. Como destaca Rose (1999), as técnicas psicológicas atuam mais do que como mero suporte para relações de poder; ao contrário, elas “forjam novos alinhamentos entre as finalidades e as técnicas de poder e os valores e ética das sociedades democráticas” (p. 4, tradução nossa). Esta condição, quando não desvelada, legitima aquilo que o autor caracteriza como a ironia de sentirmo-nos livres numa sociedade liberal cujo governo opera a distância por via da introjeção das normas de controle em nossa mais profunda interioridade (Miller & Rose, 2012; Rose, 2011).

Decorre daí que a atuação psicológica, no geral, tenha se desenvolvido pelo viés psicotécnico, tomado em sua acepção mais ampla, no país. Conforme expõe Benkö (1970), no ato de pedido de registro profissional em função da recente regulamentação, havia uma postura declarada por muitos psicólogos de assumir apenas o trabalho psicodiagnóstico sem qualquer compromisso psicoterapêutico clínico propriamente, reduzindo a figura profissional à mera aplicação de testes psicológicos. A função-meio de diagnóstico psicológico, portanto, funcionou como o amálgama de uma profissão recém-regulamentada, ainda imatura quanto aos seus limites e possibilidades, na medida em que orientação psicotécnica que caracterizou as práticas de racionalização do trabalho manteve-se presente na atuação clínica e no âmbito educacional (Mello, 1975). Não à toa, até o início da década de 1990, as críticas em relação ao caráter tecnicista da psicologia dominaram o cenário das discussões sobre a formação (Rudá et al., 2015).

Na compreensão dessa condição, inicialmente aludimos ao já referido pro-

cesso histórico de constituição do campo científico e profissional da psicologia, em cuja determinação atuaram fortemente instituições de marcada orientação pragmática e psicotécnica. Por conseguinte, acreditamos que as precárias condições de formação profissional na primeira década pós-regulamentação, no que diz respeito à ausência de professores e instituições qualificados, bem como à inexistência de equipamentos adequados ao ensino (Mello, 1975; van Kolck, 1975), favoreceram a adoção e manutenção acrítica de referenciais tecnicistas que perpetuaram uma aplicação anacrônica e descontextualizada do conhecimento psicológico. Por fim, destacamos que, muito embora a atuação clínica tenha crescido consideravelmente, atraindo estudantes e conformando sua configuração liberal ao longo dos anos que se seguiram à sua regulamentação (Velloso, 1977), os saberes psicológicos mantiveram-se como teoria privilegiada da subjetividade e técnica de controle de governo, tornando o fenômeno humano passível de avaliação e intervenção.

Conforme apontado por Coimbra (1995), o crescimento da área clínica coincide com a emergência de uma cultura psicológica, especialmente entre as classes médias e altas, durante os anos mais duros do regime militar, num processo de psicologização do cotidiano e da vida social em que “[o] privado, o familiar, torna-se o refúgio contra os terrores da sociedade, nega-se o que acontece fora e volta-se para o que acontece dentro de si, de sua família” (p. 32) e em que “[as] categorias políticas são transformadas em categorias psicológicas” (p. 34). Para a autora,

Essa visão intimista da sociedade, na qual as pessoas se preocupam apenas com as histórias de suas próprias vidas e com suas emoções particulares, em que o mundo exterior parece nos decepcionar, parece vazio e sem atrativos, fortalece, deste modo, a privacidade familiar e a interiorização das pessoas [...] No capitalismo, o intimismo penetra obsessivamente nas relações humanas e torna-se natural sempre se estar perguntando o que uma pessoa ou um acontecimento significam. A intimização passa a ser uma preocupação constante, particularmente nos anos 70, nas classes médias urbanas brasileiras, criando uma ilusão de que uma vez que se tenha um sentimento ele precisa ser manifestado; afinal, o “interior” é percebido como uma realidade absoluta. (Coimbra, 1995, p. 33).

Para Coimbra (2004), este processo de excessiva psicologização da vida tomou lugar no seio das tentativas de controle ideológico da população por parte do Estado, tendo sido a psicologia um conveniente fato legitimador de uma estratégia indireta de biovigilância adotada pelo regime militar. O discurso psicologizante que caracterizou as camadas médias urbanas à época evidenciava a incorporação da dimensão privada ao cotidiano das pessoas, produzindo uma excessiva valorização do individual em detrimento da realidade social e do domínio coletivo, condição ideal para dissimular as profundas contradições sociais durante o governo militar. Assim, saberes e práticas psicológicos foram utilizados tanto para o fortalecimento do foro íntimo do cidadão comum, agindo como mecanismo de controle das condutas individuais, quanto para referendar leituras psicopatologizantes dos opositores do regime militar. Na prática, técnicas de psicodiagnóstico foram utilizadas para traçar

perfis de militantes presos, demarcando sua periculosidade e degenerescência moral, e o discurso psicologizante foi utilizado largamente para alimentar e justificar o terror praticado pelo próprio Estado (Coimbra, 2001).

Assim, apoiados em Coimbra (1995, 2004), observamos que esta transição do paradigma psicotécnico para o paradigma clínico parece observar ao modo peculiar em que, no contexto nacional, o desenvolvimento do capitalismo ensejou e constitui-se pelo engendramento de uma expertise regulatória da vida subjetiva. Em grande medida apoiada nos saberes e práticas psicológicos, especialmente no âmbito da atuação clínica privada e liberal, tal expertise permitia operar uma psicologização do cotidiano, uma subjetivação das relações de poder e uma regulação indireta da vida social. Em nossa análise, este processo evidencia uma faceta do que pode ser compreendida como a expressão da governamentalidade<sup>6</sup> em solo brasileiro, assentada pelo domínio da subjetividade e pelo controle das normas de conduta e decisões individuais dos sujeitos. Como destaca Rose (1999), a expertise da subjetividade se tornou fundamental para os modos contemporâneos a partir dos quais somos governados e governamos a nós mesmos. Inseridos em democracias liberais, estamos em princípio engrenados em mecanismos de governo que nos constroem rumo à direção ativa e autônoma de nossas vidas, moldando nossas vidas a partir de escolhas no âmbito da família, do trabalho, do lazer, do estilo de vida que adotamos e como expressamos nossa personalidade.

Em síntese, destacamos que práticas de governo da subjetividade no contexto brasileiro estruturaram a própria ascensão do Estado burguês, nas primeiras décadas do século XX, e ofereceram as condições de controle ideológico das camadas médias da população durante o regime militar, especialmente na fase de acirramento das contradições sociais enfrentadas sob o período do “milagre brasileiro”. A partir da aplicação dos saberes psicológicos aos contextos clínicos, educacionais e organizacionais, o governo pôde operar através de sujeitos, da regulação da conduta individual e do domínio da subjetividade.

### **Entre o tecnicismo, a ação política estrita e a dimensão política da ação profissional: incongruências na atuação do psicólogo no campo das políticas sociais**

Nos anos que se seguiram à regulamentação, a psicologia observou um acentuado crescimento de cursos de graduação, matrículas e psicólogos registrados, com a prática da psicologia clínica encabeçando essa expansão. Em pouco tempo, tornou-se a principal área de atuação do psicólogo, absorvendo o maior número de profissionais (Mello, 1975).

Conforme a profissão se consolidava, começaram a surgir posicionamentos

---

<sup>6</sup> Para Foucault (1979, citado por Miller & Rose, 2012), a governamentalidade seria o “conjunto formado pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem o exercício desta bastante específica, se bem que complexa, forma de poder”.

críticos frente ao cânone da ciência psicológica e à hegemonia da psicologia clínica, que passaram a ser antagonizados por um conjunto de perspectivas teórico-metodológicas alternativas engendradas num movimento de crítica epistemológica e politização da atuação profissional, ao longo da década de 1970. Tal movimento fazia reverberar, por um lado, as críticas inicialmente endereçadas à psicologia social norte-americana, de cunho experimentalista e cognitivista, considerada instrumento de manutenção do *status quo* e mecanismo de reprodução social. Paralelamente, expressava a constatação da insuficiência de conhecimentos psicológicos desenvolvidos em contextos estrangeiros para subsidiar leituras adequadas dos processos de subjetivação no âmbito nacional e o desenvolvimento de técnicas de intervenção afinadas com a realidade social da população brasileira (Gonçalves & Portugal, 2012).

Desse modo, apontando o caráter elitista e a ausência de reconhecimento da realidade de vida das classes subalternizadas, novos referenciais de atuação psicológica foram se desenhando, especialmente a partir de 1980, tendo surgido daí campos epistêmicos e referenciais teórico-metodológicos como a psicologia sócio-histórica, a psicologia social comunitária, a psicologia da libertação, entre outros (Gonçalves & Portugal, 2016). A despeito das especificidades de cada um deles, o que todos apresentavam em comum era o objetivo de construir uma psicologia como um saber e uma técnica socialmente responsáveis. Consequentemente, à psicologia clínica, tomada na contramão deste processo, foram endereçadas parte significativa das críticas, devido à tendência liberal e individualista com que se revestiu e configurou-se, e, desse modo, o recurso à crítica da psicologia clínica tornou-se um lugar comum, um forte argumento para a consolidação das práticas no âmbito social (Rudá et al., 2015).

Alinhados a este movimento crítico, diversos autores passaram a expor e denunciar o elitismo da formação e atuação em psicologia, propondo em seu lugar o desenvolvimento de uma orientação formativa e profissional atrelada à realidade social brasileira. São, portanto, apresentadas experiências de formação de caráter inovador com a pretensão de suplantar modelos de treinamento de enfoque liberal calcados no atendimento clínico individual e na solução de problemas de ajustamento, consolidando propostas com maior abertura ao trabalho social e comunitário (Rudá et al., 2015). Tais propostas foram ganhando corpo ao longo da década de 1980 em função da transição identitária da profissão, sendo aglutinadas sob o rótulo de práticas alternativas e/ou emergentes, as quais configuraram o embrião do projeto contemporâneo de desenvolvimento do *compromisso social* da profissão<sup>7</sup>. Em meio a este processo, Yamamoto (1987) esboça uma reflexão crítica sobre o

---

<sup>7</sup> A noção de compromisso social tem sido alvo de diversos trabalhos que buscam demarcá-lo histórica e conceitualmente. Convém destacar que subjacente à heterogeneidade a seu respeito, está também uma disputa de hegemonia no plano político das entidades e associações de classe, bem como no plano das diretrizes que concernem à formação (Amorim, 2010; Bastos et al., 2013; Cordeiro, 2018; Santos, 2017).

alcance e a originalidade das práticas psicológicas (auto)consideradas alternativas, questionando especialmente se de fato representariam um avanço em direção à renovação do campo da psicologia ou se incorreriam nos mesmos equívocos e posturas declaradas defasadas de atuação. Numa análise séria da questão, o autor faz a denúncia de práticas comunitárias que se aproximam de ações de educação popular, conformando atividades assistencialistas ou que meramente transladam o instrumental teórico e técnico tradicional para o contexto de comunidades.

A despeito desse alerta, a década de 1990 foi marcada pela emergência e consolidação do projeto ético-político do compromisso social, que não configurou uma ideia totalmente inovadora, mas resgatou, atualizou e fez avançar as críticas que vinham sendo construídas desde a década de 1970 a respeito do elitismo do trabalho do psicólogo, sendo hoje objeto de inúmeros debates acerca de seu escopo. Diante da multiplicidade de visões a seu respeito, e encontrando-se no centro de disputas por hegemonia entre distintos grupos políticos (Yamamoto, 2007), interessa-nos, no espaço deste texto, não o esmerilhamento conceitual, nem o esgotamento das possibilidades de análise histórica do seu processo constitutivo. Assumimos, tão somente uma definição *ad hoc* para a presente pesquisa, a fim de consolidarmos a compreensão sobre os desafios da formação do psicólogo para atuação no campo das políticas sociais. Nesse sentido, com base em Bastos et al., (2013), compreendemos o compromisso social como uma reação de inconformidade ante a incapacidade histórica da psicologia de dar conta da complexa, desigual e iníqua realidade social brasileira, sendo posposta por um senso de responsabilidade e uma vinculação afetiva à ação social e política conjugados à atuação profissional.

Capitaneada pela ideologia do compromisso social, aos poucos, a profissão foi adentrando contextos não tradicionais de atuação psicológica, fazendo concorrer com o modelo de atuação liberal o regime de assalariamento. Na prática, o trabalho no campo das políticas sociais, especialmente no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), passou a configurar como uma das principais saídas de emprego para os psicólogos, não demorando a expor contradições nesse processo de transição identitária e fortalecimento do compromisso social (Yamamoto & Oliveira, 2010). Completados 60 anos de regulamentação da profissão, é possível até mesmo dizer que a história da profissão de psicólogo no Brasil é a história da crítica aos referenciais tradicionais de atuação psicológica – construídos em torno do controle da subjetividade –, à preponderância da formação clínica, e até mesmo à própria psicologia enquanto campo de saberes e práticas. Contudo, na prática, há um imenso descompasso entre o posicionamento crítico predominante em espaços de reflexão da categoria profissional (como instituições acadêmicas e as entidades e associações de classe) e a prática cotidiana efetiva dos milhares de psicólogos diretamente envolvidos com políticas sociais<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Destacamos que não são apenas as práticas psicológicas conduzidas no campo das políticas sociais que estão imbuídas de compromisso social. No entanto, não é possível pensar o campo das políticas

Hoje, mais de 30 anos após a primeira mirada crítica sobre a crítica da psicologia, empreendida por Yamamoto (1987), o autor mantém exame semelhante quanto à realidade das práticas psicológicas que se oferecem como alternativa às práticas tradicionais. Como sinaliza Yamamoto (2012), “[não] há (exceto, eventualmente, de forma pontual), rigorosamente, novidades na prática efetiva do psicólogo ao mudar o seu foco de atenção para as chamadas parcelas mais amplas da população” (p. 10).

Criado para promover a qualificação dos psicólogos inseridos em políticas públicas, o CREPOP parece não estar sendo capaz de garantir em ampla escala a promoção de uma atuação psicológica que se afaste da reprodução de leituras e práticas excludentes. A despeito de seu empenho em relação a essa meta, e não obstante os esforços da categoria para que a formação no nível de graduação seja orientada pela ideia do compromisso social, persiste uma série de limitações e desafios quanto à formação do psicólogo, identificados já nos primeiros diagnósticos sobre a atuação no campo das políticas sociais realizados entre finais dos anos 2000 e início da década passada, “especialmente no que tange às flagrantes incongruências entre atuação e o que é preconizado pelas políticas, a exemplo da execução de um trabalho clínico individual” (Rudá et al., 2020, p. 322).

Acreditamos que tal descompasso, em que pese o risco de incorreremos numa concepção reducionista, assenta-se em graves deficiências formativas, sendo de fundamental importância a condução de estudos consistentes relacionados à formação do psicólogo. Por esta razão, esboçamos aqui algumas possibilidades de compreensão do fenômeno que partem da premissa de que, no cerne dos cursos de graduação Brasil afora, a formação orientada pelo tecnicismo e pelo modelo liberal de atuação, criticada à exaustão durante a segunda metade do século XX, tem dividido espaço com outra concepção igualmente deletéria que também parece perpetuar a incongruência teórico-metodológica dos psicólogos para atenção às especificidades dos grupos minoritários beneficiários de políticas sociais. Esta última compreensão estaria assentada, por seu turno, na anulação entre os limites (tênues, a bem da verdade) entre ação política em sentido estrito e a dimensão política da ação profissional, ensejando posturas messiânicas irrealistas quanto à transformação social e promovendo o afastamento da ação profissional técnica (Bastos et al., 2013; Yamamoto, 2007, 2012).

Em face desse processo, atentamos para a possibilidade de estarmos vivenciando um movimento de substantivação da crítica ao elitismo da psicologia, desencadeando o apagamento do caráter reflexivo que efetivamente constituiu propostas de contestação epistemológica e teórico-metodológica da psicologia (Gonçalves & Portugal, 2016). Torna-se importante frisar que, como vimos colocando ao longo

---

sociais sem o atravessamento do compromisso social. Por esta relação metonímica, tomamos a atuação psicológica no campo das políticas sociais como a principal expressão do compromisso social.

do presente ensaio, não defendemos a neutralidade científica, tampouco uma compreensão ingênua da psicologia como um conjunto de teorias e técnicas que não são atravessadas por mecanismos de poder. Ao contrário, entendemos que há o entrelaçamento da psicologia e o modo de produção capitalista, sendo o controle da subjetividade uma condição de governo das populações nas sociedades contemporâneas (Rose, 1999). No entanto, é preciso saber destacar o que é ação política ela mesma da dimensão política da ação profissional, igualmente importantes e necessárias na execução de um projeto político de profissão, mas não redutíveis uma à outra. Evidentemente, posto está que à psicologia não cabe produzir nem reproduzir leituras teóricas que sustentem práticas de vulnerabilização e exclusão, porém, nenhuma alternativa pode se construir sem a constante vigilância e autocrítica. Por esta razão, qualquer ação de cunho emancipatório frente à psicologia como saber técnico de controle, implicaria uma compreensão histórica e epistemológica, anterior a qualquer ação profissional, a respeito dos condicionantes sociais e políticos que nos alçaram à condição de controle sobre as populações. Do mesmo modo, o intrincado movimento de construção alternativa necessitaria embasar-se no exercício de uma consistente reflexão histórica e epistemológica, evitando a construção de narrativas românticas ou heroicas que o substantivam e reduzem sua complexidade.

Nesse sentido, acreditamos não ser possível advogarmos pela unidade conceitual em torno do compromisso social, nem esperarmos que as disputas hegemônicas dentro da profissão não ocorram. Acreditamos, inclusive, que tais disputas são salutares para o próprio processo de amadurecimento enquanto campo de saberes e práticas. Por isso mesmo, ao psicólogo, em seu processo formativo, não parece ser dado o direito de compreender a conjuntura da profissão de forma simplista e maniqueísta, como se houvesse uma única forma de empreender uma renovação das práticas psicológicas para atuação no campo das políticas sociais. Pensamos que ao psicólogo não cabe a compreensão da transição paradigmática e epistemológica da categoria como uma cruzada em defesa de qual ou tal projeto ético-político moralmente superior que busque se sobrepor a outros projetos. Se a dispersão psicológica é aceita como uma característica e um valor do campo da psicologia, os limites éticos da atuação profissional, ou mesmo a própria condição ontológica do campo, não devem estar circunscritos ao escopo de certa orientação teórico-metodológica. Tais problemáticas não podem desconsiderar a complexa relação indivíduo-sociedade, devendo ser equacionadas no âmbito dos estudos epistemológicos (Bastos et al., 2013; Gonçalves & Portugal, 2016).

Sobretudo, não nos parece aceitável ao psicólogo conceber romanticamente este processo de transição apenas como resultado de uma crise de consciência quanto à responsabilidade política da categoria junto às camadas mais pobres da população, desconsiderando o fato de que a abertura a contextos emergentes de atuação configurou também uma resposta pragmática a um cenário de escassez

do mercado de trabalho clínico e de crise econômica generalizada (Ferreira-Neto, 2004). Conseqüentemente, como exposto anteriormente, a década de 1990 observou, por um lado, uma série de ações que culminaram na mudança do referencial normativo para a profissão – do currículo mínimo às diretrizes curriculares (Rudá et al., 2015) –, e de iniciativas de reflexão sobre práticas alternativas e emergentes (CFP, 1992, 1994). Em contrapartida, o conjunto de mobilizações, discussões, eventos e publicações que marcaram esse período histórico tiveram o protagonismo de atores políticos envolvidos com as principais entidades de classe da psicologia e por acadêmicos, conformando um movimento de cima para baixo que relegou para segundo plano a relevância dos profissionais envolvidos com o cotidiano das práticas psicológicas (Amorim, 2010; Boechat, 2017; Dantas, 2007).

Em nossa análise, uma adesão automática ao projeto ético-político do compromisso social não pode ser feita sem maturidade epistemológica e sem a compreensão histórica do desenvolvimento da psicologia como ciência e profissão, sob risco de reificação de uma crítica que é capital. Outrossim, compreendemos que o esvaziamento, no âmbito das matrizes curriculares de graduação, das discussões históricas e epistemológicas pode, em alguma medida, estar correlacionado às incongruências identificadas na atuação do psicólogo no campo das políticas sociais (Flores et al., 2020; Seixas, 2014). Por esta razão, entendemos os fundamentos históricos e epistemológicos como uma espécie de bússola do engajamento dos profissionais na ação ética e socialmente compromissada, na medida em que permitiriam uma compreensão mais aprofundada da psicologia e o constante exercício do senso crítico, evitando a transformação da atitude de inconformidade para com as desigualdades sociais num mero lema ou grito de guerra, como reitera Yamamoto (2007, 2012).

Em que pese a necessidade de um exame histórico aprofundado acerca de nossos apontamentos, esboçamos algumas linhas argumentativas que podem explicar, ao menos parcialmente, o frequente desinteresse nos fundamentos históricos e epistemológicos nos percursos formativos do psicólogo. Assim, primeiramente destacamos, apoiados em Mello (1975), que as primeiras experiências formativas pós-regulamentação da profissão não lograram integrar produção de conhecimento teórico e a aplicação das técnicas psicológicas em vigência. Na realidade, os primeiros cursos de psicologia no país conjugaram duas tradições formativas distintas: de um lado, o ensino eminentemente academicista, próprio das instituições de ensino superior brasileiras, que importavam e professoravam o conhecimento produzido nos centros de produção científica para a formação de profissionais liberais; por outro, o ensino pragmático e técnico que caracterizava os cursos breves de formação psicotécnica ofertados pelo ISOP (Rudá et al., 2015). Como resultado dessa conformação, a produção de conhecimento original e a discussão histórica e epistemológica acerca da psicologia em sua condição de campo de saberes e práticas diversificados e contraditórios parecem ter sido secundarizados em face de

um modelo de formação de orientação psicotécnica voltado para a produção de profissionais. Nesse sentido, assinalamos que o referencial normativo da formação instituído por Resolução do Conselho Federal de Educação (Resolução CFE, 1962) – o currículo mínimo – não fazia menção explícita a matérias voltadas para o estudo histórico e epistemológico da psicologia. Na medida em que conformava um referencial rígido, que dava pouca margem para inovações curriculares, amplitude de conteúdos e sensibilização às questões sociais do país, é possível especular com alguma segurança que este quadro de distanciamento das discussões epistemológicas e históricas tenha sido compartilhado pela maioria das instituições de ensino superior até a sua substituição pelas DCN/Psi, que instituíram a obrigatoriedade de inclusão das discussões epistemológicas e históricas.

A segunda linha argumentativa, por sua vez, parte da contribuição de Rose (1999), ao caracterizar a dispersão psicológica como a grande responsável pela ampla gama de práticas e contextos de atuação. Como destaca o autor, longe de comprometer a validade como ciência, ela tem permitido uma diferenciação bastante produtiva das formas de intervenção, habilitando as práticas psicológicas a operarem numa diversidade de contextos e sob diferentes estratégias de governo da subjetividade, conformando diferentes modos de articular poder e controle da alma humana.

Assim, na medida em que a heterogeneidade e diversidade do campo psicológico são as chaves para a compreensão de sua ampla aplicabilidade social, e, portanto, centrais à extensão do controle da subjetividade a distintas dimensões da vida cotidiana, o domínio da trajetória histórica de constituição da psicologia, das querelas intelectuais entre distintos sistemas e teorias e do processo de indigenização das práticas e dos objetos psicológicos figura como importante ponto de partida para a crítica das possibilidades e limites da atuação psicológica e para a reversão do paradigma clássico – tecnicista, alheio às questões sociais da sociedade brasileira. Em síntese, a análise histórica e epistemológica da psicologia configuraria uma das condições básicas para superação da aplicação de referenciais teórico-metodológicos excludentes, com vistas ao afastamento da lógica do controle da subjetividade.

Acreditamos, portanto, que a incapacidade da psicologia em produzir novos referenciais teóricos e técnicos de atuação psicológica no campo das políticas sociais pode estar relacionada à discreta presença de conteúdos histórico-epistemológicos ao longo de 42 anos de vigência do currículo mínimo, e mesmo hoje, sob a norma das DCN/Psi, na medida em que ainda se verifica uma presença incipiente desses assuntos nos currículos de graduação. Na prática, questionamos se a ausência de componentes curriculares voltados para o debate da história da psicologia, da natureza do objeto psicológico e das formas válidas conhecê-lo não estaria condicionando o surgimento de um novo tipo de tecnicismo, distinto daquele assentado do domínio das técnicas psicológicas, mas um tecnicismo político, em que a ênfase

psicotécnica dá lugar a uma crítica substantivada, que se repete *ad nauseam* e sustenta “alternativas que não alternam” (Yamamoto, 1987, p. 69).

### Considerações finais

As distintas políticas sociais em curso no Brasil apresentam características próprias, bem como diferentes estágios de desenvolvimento, e observam distintos graus de inserção da figura do psicólogo. Apesar dessas peculiaridades, em geral, o psicólogo ainda se mantém preso a leituras essencializadoras dos processos de subjetivação e tem adotado referenciais teórico-técnicos que não são condizentes com a realidade das populações beneficiárias dessas políticas.

Ao recuperarmos as críticas feitas à psicologia enquanto ciência e profissão, identificamos que muitas delas incidiam sobre o viés de atuação individual e estritamente técnico do psicólogo. Com o intuito de transformar radicalmente este cenário, empreenderam-se esforços de reformulação do referencial normativo para os cursos de graduação que parecem não ter sido capazes de modificar características centrais do modelo de formação, em especial sua insuficiência quanto às discussões histórico-epistemológicas. Destacamos, ainda, que tampouco a execução do projeto ético-político da profissão assentado na ideologia do compromisso social e na volumosa produção acadêmica de crítica às práticas psicológicas tradicionais foi decisiva para a transformação substancial do trabalho do psicólogo. Em que pese a multiplicidade de fatores envolvidos nesse cenário, buscamos, no âmbito deste texto, lançar luz sobre o processo formativo do psicólogo.

Desse modo, lançamos luz, no âmbito dos estudos sobre a formação, sobre a relevância dos fundamentos históricos e epistemológicos, destacando-os não apenas como base para o desenvolvimento do senso crítico acerca psicologia enquanto área dispersa e fragmentada, mas como possibilidade de desvelamento da condição escamoteada da psicologia enquanto ferramenta que viabiliza o poder político por via do controle das aspirações, dos desejos e da vida subjetiva dos indivíduos. Em especial, enfatizamos sua importância para a construção de posturas críticas não substantivadas, com potencial efetivo de produção de novas ferramentas de leitura e intervenção psicológicas no campo das políticas sociais.

Recomendamos, portanto, que novos estudos procurem empreender um exame histórico mais aprofundado sobre o papel dos fundamentos históricos e epistemológicos das psicologias nos cursos de graduação durante a vigência do currículo mínimo. Além disso, consideramos indispensável que novos estudos também busquem demonstrar nexos entre o atual apagamento desses fundamentos nos currículos de graduação em psicologia e os limites para atuação do psicólogo no âmbito da garantia e promoção dos direitos sociais.

## Referências

- Amorim, K. M. (2010). *Compromisso social do psicólogo em artigos publicados em periódicos científicos no Brasil*. [Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Ciências Humanas, Artes e Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Norte]. Repositório Institucional UFRN. <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/17488>
- Antunes, M. A. M. (2006). A consolidação da psicologia no Brasil (1930-1962): sistematização de dados e algumas aproximações analíticas. *Psicologia da Educação*, 22, 79-94. Recuperado em 24 de abril de 2021, de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psie/n22/v22a05.pdf>
- Antunes, M. A. M. (2012). A Psicologia no Brasil: um ensaio sobre suas contradições. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32(esp.), 44-65. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000500005>
- Associação Brasileira de Psicotécnica (1954). O problema da regulamentação da profissão de psicologista: anteprojeto de lei apresentado ao Ministro da Educação pela Associação Brasileira de Psicotécnica. *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, 6(2), 45-50. <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpt/article/view/13446/12348>
- Baker, D. (2002). Historical Understanding and Teaching in Professional Psychology. *History of Psychology*, 5(3), 219-223. <https://doi.org/10.1037/1093-4510.5.3.219>
- Baptista, M. T. D. S. (2010). A regulamentação da profissão: documentos que explicitam o processo histórico. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 30(spe.), 170-191. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932010000500008>
- Bastos, A. V. B., Yamamoto, O. H., & Rodrigues, A. C. de O. (2013). Compromisso social e ético: desafios para a atuação em psicologia organizacional e do trabalho. In L. O. Borges & L. Mourão. *O trabalho e as organizações: atuações a partir da psicologia* (pp. 25-52). Artmed.
- Beebe-Center, J. C. & McFarland, R. A. (1941). Psychology in South America. *Psychological Bulletin*, 38(8), 627-667.
- Benkö, A. (1970). Como se tem feito e como deverá ser feito o treinamento do Psicólogo Clínico? *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada*, 22(2), 21-35.
- Boechat, F. M. (2017). A Psicologia Brasileira nos Ciclos Democrático-Nacional e Democrático-Popular. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(esp.), 57-70. <https://doi.org/10.1590/1982-3703040002017>
- Brigagão, J., Nascimento, V. L. V., & Spink, P. K. (2011). As interfaces entre psicologia e políticas públicas e a configuração de novos espaços de

- atuação. *Revista de Estudos Universitários - REU*, 37(1), 199-215. <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/reu/article/view/599>
- Brock, A. (2014). What is a polycentric history of psychology? *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 14(2), 646-659. <https://www.redalyc.org/pdf/4518/451844508015.pdf>
- Castro, A. C., Facchinetti, C. & Portugal, F. T. (2018). Técnicas, saberes e práticas psicológicas na primeira república (1889-1930). *Psicologia em Estudo*, 23, 1-10. <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v23.e37446>
- Coimbra, C. M. R. (1995). *Guardiães da ordem: uma viagem pelas práticas psi no Brasil do milagre*. Oficina do Autor.
- Coimbra, C. M. R. (2001). Tortura ontem e hoje: resgatando uma certa história. *Psicologia em Estudo*, 6(2), 11-19. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722001000200003>
- Coimbra, C. M. R. (2004). Práticas "psi" no Brasil do "Milagre": algumas de suas produções. *Mnemosine*, 0(0), 44-52. Recuperado em 11 de outubro, 2021, de <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/mnemosine/article/view/41337/28606>
- Conselho Federal de Psicologia - CFP (Org.). (1992). *Psicólogo brasileiro: construção de novos espaços*. Átomo & Alínea.
- Conselho Federal de Psicologia – CFP (Org.). (1994). *Psicólogo brasileiro: práticas emergentes e desafios para a formação*. Casa do Psicólogo.
- Conselho Federal de Psicologia – CFP. (2008). *Saúde do trabalhador no âmbito da saúde pública: referências para atuação do psicólogo*.
- Conselho Federal de Psicologia – CFP. (2013). *Referências Técnicas para a Prática de Psicólogas (os) no Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS*.
- Conselho Federal de Psicologia – CFP. (2019). *Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) em serviços hospitalares do SUS*.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (1988). <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>
- Cordeiro, M. P. (2018). Reflexões sobre o uso da noção de compromisso social da ciência: o caso da Psicologia brasileira. *Athenea Digital*, 18(3). <https://doi.org/10.5565/rev/athenea.2086>
- Cunha, L. A. (2007). *A Universidade temporã: o ensino superior da colônia à era Vargas* (3a ed.). EDUNESP.

- Dantas, C. M. B. (2007). *Psicologia e pobreza no Brasil: limites e perspectivas da produção de conhecimento e atuação do psicólogo*. [Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Ciências Humanas, Artes e Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Norte]. Repositório institucional UFRN. <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/17572>
- Danziger, K. (1984). Towards a conceptual framework for a critical History of Psychology. *Revista de Historia de la Psicología*, 5(1-2), 99-108.
- Danziger, K. (2006). Universalism and indigenization in the history of modern psychology. In A. C. Brock (Org.). *Internationalizing the history of psychology* (pp. 208-225). New York University Press.
- Ferreira, A. A. L. (2002). As modernidades cindidas: um estudo sobre as condições de surgimento do campo psicológico multiplicidade. *Estudo e Pesquisas em Psicologia*, 2(1), 103-119. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/7743>
- Ferreira, A. A. L. (2011). La experiencia de subjetividad como condición y efecto de los saberes y prácticas psicológicas: producción de subjetividad y psicología. *Estudios de Psicología*, 32(1), 359-374. <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1174/021093911797898529?journalCode=redp20>
- Ferreira, A. A. L. (2013). O múltiplo surgimento da Psicologia. In A. M. Jacó-Vilela, A. A. L. Ferreira & F. Portugal (Orgs.). *História da Psicologia: Rumos e Percursos* (3a ed., pp. 19-52). Nau.
- Ferreira, A. A. L., Santos, M. V. A. G., Monteiro, G. G., & Fonseca, L. E. P. (2019). Governamentalidade e práticas psicológicas: modos de gestão nos artigos brasileiros de psicologia do trabalho (1949 a 1965). *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 71(3), 64-87. <https://dx.doi.org/10.36482/1809-5267.ARB2019v71i3p.64-87.4>
- Ferreira-Neto, J. (2004). *A formação do psicólogo: clínica, social e mercado*. Escuta.
- Fierro, C. (2015). La Historia de la Psicología y su Enseñanza a 40 años de 'Should the History of Science Be Rated X?' de Stephen Brush. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 15(1), 310-330. <https://doi.org/10.12957/epp.2015.16076>
- Figueiredo, L. C. (2004). *Revisitando as psicologias: da epistemologia à crítica das práticas e discursos psicológicos* (3a ed.). Vozes.
- Figueiredo, L. C. (2007). *A invenção do psicológico: quatro séculos de subjetivação (1500-1900)* (7a ed.). Escuta/Educ.
- Figueiredo, L. C. (2008). *Matrizes do pensamento psicológico* (14a ed.). Vozes, 2008.

- Flores, F. M. H., Rodrigues, B. S., Sales, A. C., Edges, F. H. N., Miranda, R. L., & Castelo-Branco, P. C. (2020). Reflexões sobre a disciplina de história da psicologia no estado do Mato Grosso do Sul. *Psicologia da Educação*, 51, 22-30. <https://doi.org/10.23925/2175-3520.2020i51p22-30>
- Gomes, K. L. & Miranda, R. L. (2021). Uma história da Psicologia Aplicada ao Trabalho: os Arquivos Brasileiros de Psicotécnica. *Memorandum*, 38, 1-24. <https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/26399/27358>
- Gonçalves, M. & Portugal, F. T. (2012). Alguns apontamentos sobre a trajetória da Psicologia social comunitária no Brasil. *Psicologia: ciência e profissão*, 32(esp.), 138-153. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000500010>
- Gonçalves, M. A., & Portugal, F. T. (2016). Análise histórica da psicologia social comunitária no Brasil. *Psicologia & Sociedade*, 28(3), 562-571. <https://doi.org/10.1590/1807-03102016v28n3p562>
- Henderson, B. B. (1995). Critical-Thinking Exercises for the History of Psychology Course. *Teaching of Psychology*, 22(1), 60-63.
- Hur, D. H. (2012). Políticas da psicologia: história e práticas das associações profissionais (CRP e SPESP) de São Paulo, entre a ditadura e a redemocratização do país. *Psicologia USP*, 23(1), 69-90. <https://doi.org/10.1590/S0103-65642012000100004>
- Lei n. 4.119, de 27 de agosto de 1962. (1962). Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4119-27-agosto-1962-353841-normaatualizada-pl.html>
- Lourenço-Filho, M. B. (1971a). A Psicologia no Brasil. *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada*, 23(3), 113-142.
- Lourenço-Filho, M. B. (1971b). A Psicologia no Brasil nos últimos 25 anos. *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada*, 23(3), 143-151.
- Martins, H. V. (2014). Uma história da psicologia em revista: retomando Mira y López. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 66(3), 5-19, 2014. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arbp/v66n3/02.pdf>
- Mello, S. L. (1975). Psicologia: características da profissão. *Boletim de Psicologia*, 26(69), 41-49.
- Miller, P. & Rose, N. (1990). Governing economic life. *Economy and Society*, 19(1), 1-31.
- Miller, P., & Rose, N. (2012). *Governando o presente* (pp. 9-38). Paullus.

- Mira y Lopez, E. (1955). Aplicações da psicologia no campo das atividades estatais. *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, 7(2), 115-126.
- Penna, A. G. (1997). *Repensando a Psicologia*. Imago.
- Plaza, C. (1955). Discurso proferido pelo Padre Carlos Guillermo Plaza na sessão inaugural do I Seminário Latino-Americano de Psicotécnica. *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, 7(4), 15-16.
- Raphelson, A. C. (1982). The history course as the capstone of the psychology curriculum. *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, 18(3), 279-285.
- Resolução CFE, de 19 de dezembro de 1962. (1962). Fixa o currículo mínimo e a duração do Curso de Psicologia. Recuperado em 22 de outubro de 2021, de <http://abepsi.org.br/wp-content/uploads/2011/07/1962-curriculominimoparaoscursosdepsicologia.pdf>
- Resolução CNE/CES, de 15 de março de 2011. (2011). Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Psicologia. Recuperado em 4 de abril de 2021, de [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=7692-rces005-11-pdf&category\\_slug=marco-2011-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7692-rces005-11-pdf&category_slug=marco-2011-pdf&Itemid=30192)
- Rose, N. (1999). *Governing the soul*. Free Association Books.
- Rose, N. (2011). *Inventando nossos selfs: Psicologia, poder e subjetividade* (Arthur Arruda Leal Ferreira, Trad.). Vozes. (Original publicado em 1998)
- Rudá, C., Coutinho, D. & Almeida-Filho, N. (2015). Formação em Psicologia no Brasil: o período do currículo mínimo (1962-2004). *Memorandum*, 29, 59-85. <https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/6471>
- Rudá, C., Silva, G. A. & Patiño, R. A. (2020). Notas para uma análise da formação em Psicologia: reflexos da mercantilização na educação superior brasileira. In A. Carneiro et al. (Orgs.). *Estado e sociedade sob olhares interdisciplinares: experiências participativas, disputas narrativas, território e democracia* (317-333). EDUFBA.
- Santos, L. N. (2017). *O compromisso social da psicologia: um estudo sobre o desenvolvimento de um projeto crítico*. [Tese de Doutorado, Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. Repositório PUCSP. <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/20760>
- Seixas, P. S. (2014). *A formação graduada em psicologia no Brasil: reflexão sobre os principais dilemas em um contexto pós-DCN* [Tese de Doutorado, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte]. <https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/17401/>

[1/PabloSS\\_TESE.pdf](#)

van Kolck, O. L. (1975). A formação e as funções do psicólogo clínico no Brasil. *Boletim de Psicologia*, 26(69), 51-58.

Velloso, E. D. (1977). Psicologia clínica no Brasil na atualidade. *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada*, 29(3), 3-17.

Yamamoto, O. H. & Oliveira, I. F. (2010). Política Social e Psicologia: uma trajetória de 25 anos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(spe.), 9-24. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000500002>

Yamamoto, O. H. (1987). *A crise e as alternativas da psicologia*. EDICON.

Yamamoto, O. H. (2007). Políticas sociais, "terceiro setor" e "compromisso social": perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. *Psicologia & Sociedade*, 19(1), 30-37. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000100005>

Yamamoto, O. H. (2012). 50 anos De Profissão: Responsabilidade Social ou Projeto Ético-Político? *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32(esp.), 6-17. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000500002>

### **Nota sobre os(as) autores(as):**

Caio Rudá é Psicólogo, mestre em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade e doutor em Estado e Sociedade. É professor adjunto do Centro de Formação em Ciências da Saúde da Universidade Federal do Sul da Bahia. E-mail: [caio.ruda@ufsb.edu.br](mailto:caio.ruda@ufsb.edu.br)

Rafael Andrés Patiño é Graduado em Psicologia, Universidad de Antioquia. Mestre em Psicologia, Universidad de San Buenaventura (Colômbia). Doctor em Psicologia, Universidade Federal da Bahia. Pós-Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: [rafaelpatino@gfe.ufsb.edu.br](mailto:rafaelpatino@gfe.ufsb.edu.br)

Gabriela Andrade da Silva é Psicóloga, Mestre e Doutora em Psicologia Experimental pela Universidade de São Paulo (USP). Professora do Centro de Formação em Ciências da Saúde da Universidade Federal do Sul da Bahia. Professora permanente externa do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Saúde (PPGPS) do Instituto Multidisciplinar em Saúde da Universidade Federal da Bahia. E-mail: [gabriela.silva@ufsb.edu.br](mailto:gabriela.silva@ufsb.edu.br)

**Data de submissão:** 24.11.2022

**Data de aceite:** 24.10.2023